
Narrativas Pessoais de Mulheres sobre a Maternidade nas Mídias Sociais: Principais Resultados de Pesquisa ¹

Ana Luiza de FIGUEIREDO SOUZA²
Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ

Resumo

O artigo apresenta os principais resultados da dissertação “*Me deixem decidir se quero ou não ser mãe!*”: *narrativas pessoais de mulheres sobre a maternidade nas mídias sociais*, que perscruta três pontos: quais valores são negociados/disputados por meio dessas narrativas; de que modos as mídias sociais visibilizam problematizações da maternidade; e como as narrativas pessoais integram o ambiente dialógico da cultura digital. O corpus é composto por nove postagens no Facebook e em blogs maternos, com seus comentários. A metodologia se apoia na Análise do Discurso Mediado por Computador (ADMC) e na premissa de que as narrativas investigadas são afetivas e buscam ser efetivas. As discussões *online* sobre a maternidade apontam para um potencial de propagação, gerado pelo compartilhamento da vivência materna das participantes.

Palavras-Chave: maternidade; narrativas pessoais; vivência materna; mídias sociais; ADMC.

Introdução

Discussões sobre a maternidade embasadas nas experiências pessoais com ela não faziam parte do cotidiano de parte considerável da população feminina até anos muito recentes. No Brasil, o aumento de conteúdos relativos à problematização da maternidade deu-se em variadas mídias, com maior destaque naquelas tidas como “sociais”: plataformas de comunicação em rede, surgidas a partir do que teria sido a segunda fase da *World Wide Web* (web 2.0), nas quais seus participantes podem criar perfis, interagir, estabelecer conexões e compartilhar conteúdo com os demais usuários. São frequentemente chamadas de “sociais” por permitirem modos comunicativos bi e multidirecionais entre os sujeitos, bem como a visibilidade de conteúdos por eles mesmos criados (LEMOS, 2002; PRIMO, 2007), diferenciando-se das mídias massivas.

Em meio a essas mídias, tanto o Facebook quanto os blogs maternos têm constituído as principais plataformas em que mulheres atualmente abordam questões relativas à maternidade no ciberespaço, desde os desafios enfrentados pelas mães até o preconceito com mulheres que não desejam filhos. Dentre elas, há mães (mais, menos ou

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação e Cultura Digital, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense, integrante do grupo de pesquisa MiDlCom (UFF/CNPq), e-mail: analuiza.dfigueiredo@gmail.com

in) satisfeitas de filhos (planejados ou não) e não mães (voluntárias ou involuntárias). Além de páginas/grupos no Facebook e dos blogs, sites, canais no YouTube, fóruns de discussão *online* e perfis no Instagram também integram o cenário virtual em que ocorrem debates sobre o que entendo enquanto um conceito mais amplo de maternidade: as práticas, disputas, valores e construções culturais, sociais e políticas a seu redor.

Boa parte da literatura acadêmica mapeada pelo trabalho considera a maternidade uma instituição simbólica cuja ideologia está predominantemente baseada na cultura patriarcal. Já o termo “maternagem” se refere ao conjunto de ações e experiências relativas à rotina de cuidados com os filhos. Nesse sentido, pode-se entender que a maternidade engloba a maternagem, uma vez que as práticas de cuidado com os filhos se relacionam com os ideais e símbolos da maternidade, seja para segui-los, complementá-los ou fazer oposição a eles. Ainda assim, é preciso encarar a maternidade e a maternagem como conceitos que dizem respeito a todas as mulheres, conforme refletem e influenciam o tratamento por elas recebido. Em última instância, se relacionam à sociedade como um todo, visto que não apenas aquelas crianças e as não mães em idade avançada precisarão ocupar pautas, serviços e espaços públicos, como também será necessário pensar as imagens, demandas e atribuições a elas associadas.

Por tais motivos, o termo empregado pela pesquisa, vivência materna, não se resume à maternagem, mas abrange a relação das mulheres com a maternidade, tendo filhos ou não. Trata-se do conjunto de valores e ideologias a ela relacionados que cada mulher – por meio do convívio familiar, instituições de ensino, cotidiano social, redes de contatos, entre outros – adquire ao longo da vida, que ajuda a estabelecer o lugar reservado à maternidade dentro de seu planejamento pessoal e, também, a forma como a enxerga em termos coletivos. Apesar de não possuírem vivência materna – e cabe refletir se o termo vivência paterna seria adequado, considerando-se a diferença de relevância que a paternidade possui na socialização masculina em comparação à maternidade na feminina –, homens podem relatar a vivência materna de mulheres (mães, esposas, irmãs, namoradas) com quem convivem, inclusive por meio de narrativas pessoais.

Escosteguy (2008) aponta que a maternidade constantemente aparece como parte constitutiva e, muitas vezes, indissociável da identidade feminina. Autoras como Badinter (1985), O’Reilly (2007) e Forna (1999) demonstram que os sentimentos e condutas a ela associados foram/são histórica e socialmente construídos, com base em determinadas circunstâncias e interesses. Não se trata, portanto, de discutir um suposto instinto

feminino que leva as mulheres a serem mães, mas compreender as estruturas sociais, culturais, afetivas e simbólicas que possibilitam a manutenção (e o questionamento) de determinados modelos maternos e de maternagem.

Ao perceber o fenômeno do compartilhamento de *posts* (postagens) que problematizavam a maternidade, comecei a me perguntar o que essas mulheres – “comuns”, que não eram celebridades ou figuras públicas – estavam demandando e como se utilizavam dos recursos das mídias sociais para fazerem essas demandas. Eram relatos de cunho muito pessoal, feitos em espaços compartilhados, de forma pública. Diante das possíveis consequências (exposição, chantagem, denúncias, suspensão da conta), fica ressaltada a importância que fazer esses relatos tem para elas. Mais ainda: por meio de tais *posts*, percebi a existência de um questionamento que se impõe a todas as mulheres acerca da concretização de ser mãe. Em caso afirmativo, se desdobra para perguntas sobre que tipo de maternidade estará em jogo, e as implicações que traria para a mulher em termos de sua identidade, corpo, trabalho/carreira, liberdade individual, entre outros âmbitos. Em caso negativo, causa reflexões sobre o não cumprimento da expectativa social da maternidade, que repercute nas esferas pessoais e laborais/profissionais dessas mulheres. A dissertação atenta para o papel central que as mídias sociais desempenham ao mediar diferentes discursos sobre construções de maternidade e não maternidade, dando visibilidade a falas de sujeitos “comuns”, que se expressam de variadas formas.

Motivada por tais inquietações, a dissertação busca responder uma questão central: quais são as narrativas sobre a maternidade produzidas por mulheres “comuns” que têm surgido em mídias sociais como blogs maternos e o Facebook, e que tipos de discussões a respeito da maternidade elas tensionam e/ou problematizam? O principal objetivo do trabalho é investigar de que modos as narrativas pessoais feitas por mulheres no Facebook e nesses blogs expõem as tensões e paradoxos em torno da maternidade. Já as questões secundárias da pesquisa consistem em apurar: a) que valores permeiam os discursos sobre a maternidade feitos por mulheres em blogs maternos e no Facebook; e b) de que maneiras especificamente as mulheres se apropriam desses espaços para discutir a maternidade. Assim, os objetivos secundários são: a) identificar que valores estão sendo negociados e disputados através dos discursos sobre a maternidade produzidos por mulheres em blogs maternos e no Facebook; e b) analisar de que forma a utilização de ferramentas próprias dessas plataformas visibiliza discussões que problematizam a maternidade. Para isso, com base na Análise do Discurso Mediado por Computador (ADMC), analisam-se nove *posts*

que tensionam diferentes aspectos da maternidade em blogs maternos e no Facebook (âmbito de produção), bem como seus respectivos comentários (âmbito de recepção).

Poucas pesquisas acadêmicas brasileiras abordam a maternidade no âmbito das narrativas pessoais produzidas por mães e não mães. Na área de Comunicação Social, quase não se encontram trabalhos relacionados à maternidade que tenham as mídias sociais enquanto campo investigativo. Entre eles, nenhum dá destaque a sites de redes sociais (como o Facebook), nem entende as narrativas pessoais sobre a maternidade enquanto um conceito. Todas essas constituem – junto ao glossário explicando termos comumente usadas pelas participantes de discussões *online* sobre a maternidade – contribuições inéditas da pesquisa que será detalhada ao longo do presente artigo.

Panorama Histórico

A partir do século XVI, representantes masculinos de diferentes segmentos da sociedade colonial e metropolitana empreendem um esforço de colonização para todos os moradores do Brasil, alinhando-se ao interesse de Portugal em povoar as áreas desocupadas de um território cobiçado tanto por outros países europeus quanto por adeptos da reforma protestante. As mães tornam-se parte desse empreendimento que, junto à Igreja Católica Ultramarina, almeja a construção de um modelo materno que incorpore os valores do casamento insolúvel, da estabilidade conjugal e da valorização da “família legítima”, que passam a orientar as expectativas sociais em relação às mulheres. O objetivo era claro: desprovê-las de qualquer conhecimento ou poder ameaçador, normatizar seus corpos, amestrá-las dentro da família (DEL PRIORE, 2009).

Surge assim a imagem da santa-mãezinha, pudorosa, caseira, obediente, de preferência branca e católica. No entanto, ainda havia muitas mulheres à margem das recém-criadas normas maternas, das quais boa parte precisava ausentar-se do espaço doméstico por longos períodos para manter a si próprias e/ou aqueles que dependiam de seu trabalho. A pobreza impedia que seguissem integralmente a cartilha da santa-mãezinha, ou seja, as práticas da mãe retraída, de figura assexuada, responsável pela casa, a família, o casamento e a procriação, sendo a única encarregada do nascimento, sobrevivência, saúde e disciplina dos filhos. Somada ao número de escravas e indígenas, a porcentagem de brasileiras que divergiam do ideal da santa-mãezinha era muito mais expressiva do que a daquelas que o personificavam.

Diante disso, a Igreja intensificou a polaridade entre a figura da santa-mãezinha (pudica, servil, restrita ao lar) e a da “puta” (qualquer mulher que não se portasse como casada ou santa-mãezinha). Além de agravar a desigualdade nas relações de gênero, tais categorizações muito influenciaram a constituição dos papéis femininos, servindo para a criação de estereótipos bastante utilizados pela sociedade colonial – a mulher pecaminosa, a abandonada, a preterida, a infértil que, por sê-lo, é melancólica ou “doente de paixões”. Estes preconceitos e estigmas sociais também acentuavam as diferenças entre mulheres, que criavam redes de solidariedade, saberes e micropoderes. A maternidade, nesse contexto, configurava uma esfera tanto de disputas quanto de trocas de informações e favores entre elas. Engendrou-se assim uma devoção popular e religiosa ao redor daquelas que conseguiam ser mães. A superação dos percalços financeiros, emocionais e de saúde agravados pelas gestações consecutivas servia de referência às demais mulheres, transformando o sofrimento em caminho para o que se considerava a máxima expressão de felicidade feminina: a maternidade. Crença reforçada graças à influência que as modificações empreendidas na França do século XVIII tiveram no imaginário ocidental.

Badinter (1985) descreve como se deu a implementação do que chama de mito: o “instinto” materno, o amor espontâneo de toda mãe pelo filho, que passa a ser exaltado como natural e social, necessário para a manutenção da espécie e da sociedade. A associação dos termos “materno” e “amor” deslocou a figura da mãe do lugar de autoridade para o âmbito do afeto e do carinho. Muitas francesas (e, mais tarde, europeias e colonas) perceberam que, ao incorporarem seu papel de mãe devotada e carinhosa, alcançariam uma importância inédita na sociedade da época.

Embora não tenha sido o único responsável pela modificação do papel materno, é Rousseau quem liga a maternidade à moralidade, o que, além de originar a culpa materna, coloca a instrução e a ambição como desvios da função básica feminina (FORNA, 1999). Análises e discursos passam a ser baseados na teoria rousсенiana da mãe, que pregava que o único destino possível para as mulheres era reinar sobre a casa, deixando o que estava fora do lar aos cuidados do homem. Deviam aprender a sofrer em silêncio e dedicar a vida aos familiares, pois essa era não apenas sua função por natureza, mas sua única possibilidade de serem felizes. Criam-se, assim, modelos hegemônicos maternos e de maternagem baseados no dever moral e no amor pelos filhos.

No Brasil do século XIX, a ação médica sobre a família projetou nas mulheres a “nobreza” da “função amamentar” (COSTA, 1999, p. 261). A medicina higienista atuou

para modificar a conduta física, moral e sexual da família burguesa citadina, com foco na orientação do papel da mulher-mãe. O discurso maternalista³ se intensifica, mesmo com práticas maternas e femininas opostas a ele. Excluem-se, assim, mulheres pobres, escravizadas, indígenas e negras (muitas vezes usadas ou contratadas como amas de leite⁴) dos modelos maternos hegemônicos. Já as mulheres das classes mais abastadas passam da figura da “mulher de alcova” (flácida, pálida, o dia inteiro em casa gritando ordens) à da mãe-higiênica. Adquirem o papel de responsáveis pela formação e bem-estar dos filhos, tendo os médicos como aliados nesse processo que, além de proteger a vida das crianças (sobretudo as da elite), visava regular a vida das mulheres, impedindo-as de romper as estruturas patriarcais que ainda beneficiavam os homens no espaço social.

Enquanto a Europa convertia a maternidade em dever patriótico após a Primeira Guerra, o Brasil enfrentava a precariedade das condições sanitárias que, junto à elevada taxa de mortalidade infantil, ameaçava a construção da nação, ponto central para consolidar o regime republicano. Durante a década de 1910, organizou-se o movimento sanitarista e a higiene foi lançada como viabilizadora das mudanças sociais pretendidas, capaz de alçar o país ao progresso prometido pela república. O movimento modernizador, liderado pelas elites republicanas e ancorado na rejeição ao passado colonial, elegeu a Ciência como principal ferramenta de autoridade, sendo os médicos seus porta-vozes e representantes tanto na esfera pública quanto na privada. A partir disso, põe-se em prática o que Freire (2009) denomina maternidade científica: o exercício da maternidade fundamentado em bases científicas, objeto de práticas educativas próprias e supervisionado por médicos. Entendia-se a maternidade como um dom vinculado à anatomia e fisiologia femininas – que, portanto, não poderia ser negado –, passível de se aprimorar por meio da educação higiênica.

Influenciadas tanto pelo discurso oficial de progresso quanto pelas teorias freudianas⁵ que naturalizavam a maternidade, as revistas femininas se converteram em importantes propagadoras dos ideais higienistas e maternilistas, voltadas às brasileiras das elites e camadas médias. A partir disso, muitas mulheres usam a valorização da

³ A ideologia maternalista prega o amor inato de toda mãe pelos filhos e o “instinto” que tornaria qualquer mulher apta à maternidade (BADINTER, 1985; FREIRE, 2009).

⁴ No final do século XIX, as discussões médicas sobre o comportamento e o leite das amas culminaram na regulamentação do serviço em importantes províncias. Só poderiam exercê-lo após exame médico, que atestaria sua saúde. Com a chegada de novos alimentos industrializados para a nutrição infantil, a Lei Áurea e as diferentes reformas urbanas que afetam a população mais pobre, a prática das amas de leite é reduzida, mas persiste para além de 1930.

⁵ Ver mais em Souza (2018), nas referências bibliográficas deste artigo.

maternidade como função social para fazerem demandas sociopolíticas e educacionais. Reivindicações sociais femininas passam a se atrelar à maternidade científica (FREIRE, 2009), orientada por especialistas e segregadora tanto de não mães quanto de mães fora dos modelos hegemônicos. Porém, após os anos 50, surgem questionamentos e demandas em diversos países do Ocidente sobre a autonomia e desejos individuais das mulheres.

No cenário contemporâneo, o estímulo ocupa o lugar do dever, gerando desejos que não estão isentos da influência de construções sociais, muitas delas, históricas. As narrativas pessoais sobre a maternidade produzidas nas mídias sociais apontam o imbricamento entre público e privado, escolhas particulares e responsabilidades no plano social, junto a contradições da cultura do consumo, dogmas religiosos, preceitos dos movimentos feministas, determinações estatais, pressões estéticas e vivências maternas que possuem semelhanças e divergências com as de outras mulheres.

A culpa materna contemporânea se diferencia da moderna. Até meados do século XX, ocorria pelo fato de a mulher desejar algo que o espaço público condenava, em uma lógica em que a opressão constituía o mecanismo do funcionamento social. Na contemporaneidade, o estímulo ocupa esse lugar, gerando vontades socialmente construídas. Entre elas, a de ser uma mãe flexível, presente, que dá conta de diversas atividades. O que as mães atuais chamam de culpa pode ser lido como a frustração com a própria “ineficiência”, suas falhas e inaptidões. Hoje, é o estímulo o mecanismo que incita as mulheres na vida cotidiana, produtor de desejos. Para ter/criar os filhos, a mãe sacrifica outro desejo, que deseja menos. Porém, um dos paradoxos da maternidade é que a faceta da obrigação – capaz de gerar culpa pelo não cumprimento das responsabilidades – ainda tem forte papel, inclusive dentro desses desejos.

Observa-se que a maternidade é normativa no que se refere à dimensão da norma social. Há determinados comportamentos que as mães precisam ter, alguns estabelecidos por lei, do contrário correm o risco de serem alvo de críticas, condenação pública ou perda da guarda dos filhos. O desejo de virar mãe atrela-se a uma série de obrigações que não necessariamente a mulher queria assumir ao concretizá-lo. Tal normatividade também se estende às não mães. Determinadas atitudes configuram desvios ao que se espera de sua conduta em relação ao universo materno/feminino, sendo objeto de silenciamento, repreensão, asco. Nota-se que várias reações (censura, repúdio, raiva) a práticas opostas à normatividade materna se repetem entre mães e não mães. O que muda é como se manifestam de acordo com a condição que a mulher avaliada ocupa.

Em uma cultura que tanto valoriza o cuidado estético – que faz algumas mulheres não desejarem a maternidade ou a gestação/lactância devido a seus impactos físicos –, muitas mães fazem questão de amamentar os filhos, chegando a militar em favor da prática. No entanto, também relatam desconfortos e insatisfações corporais causados por ela. Tem-se mais um paradoxo da maternidade: apesar da influência de pressões estéticas e práticas culturais de valorização das experiências prazerosas, as obrigações maternas são maiores do que lamentos e hedonismos. Precisam amamentar, pelo bem do bebê, mesmo que isso resulte em feridas, estrias e demais marcas que a moral da boa forma⁶ condena – e que as próprias mães tomam como indesejáveis. Tratam-se de ambiguidades da cultura do consumo, que oferece muitos estímulos, inclusive contraditórios. O contemporâneo é marcado pela caminhada dos indivíduos entre as imposições culturais (ou mesmo políticas, advindas de determinações do Estado) e os desejos particulares; entre o próprio percurso (ou projeto de vida) e a tentativa de atender os anseios da sociedade, em um processo paulatino que também se reflete nas vivências maternas.

Narrativas Pessoais na Cultura Digital

A pesquisa considera que as narrativas pessoais apresentam modos de funcionamento distintos de acordo com os suportes e contextos em que são produzidas. Procura pensá-las dentro da cultura digital, enquanto publicações e comentários, usualmente feitos em primeira pessoa e trazendo a dimensão da experiência de vida, que diferentes mulheres deixam nesses ambientes. Além de elementos textuais, podem ser compostas por imagens, fotos, emojis, gifs e/ou vídeos. Atenta-se, assim, para o fato de que precisam ser compreendidas em sua dimensão material.

Junta-se a isso a noção de que só é possível pensar a identidade a partir da sua relação com a alteridade. A interferência do outro altera e constrói tais narrativas, sobretudo em um momento em que as fronteiras entre público e privado – o que é ou não permitido/possível de mostrar – encontram-se borradas. Desse modo, narrativas são performances que podem ser lidas como formas de organizar o mundo, tanto para quem as produz quanto para quem as recebe, capazes inclusive de gerar certo capital social.

O ambiente das mídias sociais estimula uma discussão pública calcada em experiências pessoais, na qual a afetividade é relevante para o posicionamento

⁶ De acordo com a proposição de Sibilia (2010), a moral da boa forma exige, sobretudo da mulher, uma performance estética ligada ao que se entende como o corpo saudável e ativo.

político/coletivo dos indivíduos (VAN ZONEN, 2012; PAPACHARISSI, 2011). Quanto mais envolvidos com uma questão e maior sua importância para eles, mais personalistas se tornam os discursos e atitudes que produzem sobre o tema. Isso gera ações conectivas (BENNETT e SEGERBERG, 2012): a circulação de pautas pessoais na rede com base na negociação de “enquadramentos” (*frames*) e identidades, considerando as relações e os laços afetivos na tomada de decisão. Considerando-se que ações políticas também se referem a formas de organizar o mundo com base em determinadas estruturas de funcionamento e poder perpassadas por outras macro e micro dinâmicas, falar sobre a maternidade em mídias sociais pode ser considerado uma ação política, que produz efeito sobre estruturas de organização socioculturais, econômicas e jurídicas a ela relacionadas. Ainda assim, tais narrativas podem se entendidas enquanto ações conectivas, pois se calcam nas experiências pessoais e identidades em disputa, formando laços sociais.

Esse cenário propicia a aproximação do sujeito ao que Van Zoonen (2012) denomina vozes alinhadas: discursos que confirmam o que ele afirma e/ou acredita. Todavia, graças à combinação dos modelos *push* e *pull*⁷ na web 2.0, as mídias sociais permitem que o sujeito entre em contato com o que chamo de vozes dissonantes: discursos que se opõem a suas afirmações, posicionamentos e, no caso, vivência materna.

A pesquisa também conceitua as narrativas pessoais sobre a maternidade: são discursos e relatos (que podem ser entendidos como micronarrativas) construídos a partir da junção entre a vivência materna narrada pelo(a) autor(a) e os recursos disponibilizados pelas plataformas em que tais narrativas são feitas – escrita de textos, adição de fotografias, vídeo-transmissões. No caso das mídias sociais, a produção textual se destaca enquanto ferramenta mais utilizada para debater a maternidade, sendo feminino a maior parte do público envolvido em tais discussões. Em vista desse cenário, a dissertação optou por trabalhar com narrativas pessoais sobre a maternidade escritas por mulheres.

Uma vez que se admite que as narrativas pessoais buscam modificar algo, investigam-se os efeitos que intencionam, e de que maneira tentam concretizá-los. Sustento a teoria de que tais narrativas voltadas para a maternidade são afetivas e buscam ser efetivas. Enquanto suas autoras se comovem (ou seja, são afetadas) por certa(s) questão(ões) relativa(s) à maternidade e/ou pelas demais narrativas com que têm contato,

⁷ Segundo explica Primo (2007), enquanto encontram e se relacionam com conteúdos e usuários buscados por sua iniciativa, os agentes sociais também são interpelados por anúncios, sugestões e, conforme aqui estudado, narrativas que não esperavam ou agiam para achar nas mídias sociais por eles mobilizadas.

também buscam causar (e, muitas vezes, causam) algum efeito no mundo concreto a partir de suas performances discursivas, dotadas de intencionalidade performática. Considerando o que e como escrevem, as autoras têm noção de que se comunicam potencialmente para milhares de pessoas. Defendem determinados modelos maternos e femininos, de modo que as narrativas pessoais sobre a a maternidade funcionam tanto para externalizar opiniões quanto para mobilizar (ou afetar) o público que as lê.

Por fim, atenta-se para a dinâmica própria de argumentação que tais narrativas desenvolvem nas mídias sociais, consideradas enquanto ambientes de sociabilidade. O teor afetado e que procura ser efetivo se reflete nas polarizações, agressividade e em certo dualismo que costuma sustentar os posicionamentos defendidos por quem as posta.

Metodologia

Primeiramente, realizou-se o mapeamento do cenário de discussões sobre a maternidade em mídias sociais, partindo daquela que o trabalho apontou como a mais profícua nesse aspecto, o Facebook. Utilizou-se o método do fluxo de associações derivativas – criado para a dissertação e explicado no esquema abaixo – para chegar a mídias sociais que problematizam a maternidade. A partir disso e de alguns critérios de seleção, construiu-se um quadro com tais mídias no Brasil.

Figura 1 – Esquema simplificado do fluxo de associações derivativas e quadro por ele gerado



Já o corpus da pesquisa – visível no quadro 1 – foi contruído por três conjuntos relativos aos tipos de material encontrados em maior quantidade em campo, sendo representativo do cenário de discussões sobre a maternidade que o trabalho acompanhou ao longo de três anos.

Para analisá-lo, a dissertação se inspira de forma menos ampla nos preceitos da Análise do Discurso Mediado por Computador (ADMC) – no original, conforme cunhado por Herring (2012), *Computer-Mediated Discourse Analysis* (CMDA) – que se atenta a discursos escritos e demais elementos particulares à linguagem por computador mediada.

Quadro 1 – Corpus da pesquisa

Posts em fanpages no Facebook	Publicações em perfis pessoais no Facebook	Postagens em blogs maternos
'Só podemos mostrar a maternidade como experiência de plenitude e felicidade', crítica psicanalista – HuffPost Brasil, 18 set. 2016	Desafio NÃO aceito – Juliana Reis, 15 fev. 2016	Um dia de cada vez – Vida sem Filhos, fev. 2013
"Me arrependo de ser mãe" – BBC News Brasil, 09 dez. 2016	Contém spoiler da vida de mãe – Júlia Rocha, 19 out. 2017	Ser mãe não basta pra mim – Bossa Mãe, 23 ago. 2017
Mulheres que não têm filhos – Quartinho da Dany, 08 jul. 2017	Em breve eu vou completar 38. Eu não tenho filho – Fhoutine Marie, 6 fev. 2018	Não leia o meu blog se você estiver procurando uma razão para não ter filhos – Tudo Sobre Minha Mãe, 27 maio 2014

O método da ADMC propõe a divisão da linguagem mediada por computador em quatro níveis macro (Estrutura, Significado, Gerenciamento de Interação e Fenômeno Social; às vezes, um quinto nível não linguístico, Participação, também é incluído), que possuem três elementos constituintes: questões que aparecem; o fenômeno que vai ser analisado; e o método que se pode usar para investigá-lo. À dissertação, interessou explorar os níveis Significado e Fenômeno Social.

O primeiro diz respeito às pretensões (que podem ser entendidas enquanto intencionalidades performáticas) que se têm ao acionar a linguagem mediada por computador, como são comunicadas e qual o resultado dessa comunicação. Para tanto, observam-se o significado das palavras, os atos da fala e as trocas de significação por meio do uso da semântica e de uma visão pragmática da linguagem, atenta a seus desdobramentos e efeitos práticos. Já o nível Fenômeno Social se relaciona às dinâmicas sociais, relações de poder e a conceitos como os de influência, identidade, comunidade e diferenças culturais/sociais (estas últimas pouco presentes nas narrativas investigadas). Para isso, atenta-se às expressões linguísticas que denotam status, conflitos, negociações e gerenciamentos de impressão, além de observar o estilo e as particularidades dos discursos investigados. Tal acompanhamento é feito utilizando metodologias como a análise crítica do discurso e a etnografia da comunicação.

Além dos preceitos da ADMC e da bibliografia até aqui apresentada, utilizam-se outros conceitos relativos à cultura digital e a dinâmicas relacionais/identitárias nas mídias sociais na exploração do corpus. Para fazê-la, primeiro a pesquisa se debruçava sobre o eixo de produção. Terminados os apontamentos, examinava os principais

comentários (que continham narrativas pessoais) ao *post* analisado, traçando um breve perfil das autoras com base nas informações disponibilizadas em seus respectivos perfis.

Resultado das Análises Empíricas

Nota-se que a vivência da maternidade se relaciona à da não maternidade. Dificilmente há debate sobre a primeira sem a convivência entre mães e não mães. A pesquisa também encontrou pontos comuns em narrativas que partem de experiências particulares. Há eixos discursivos presentes na maioria dos comentários de mães (amor aos filhos). Outros são majoritários entre os das não mães (serem vistas como incompletas). É possível, ainda, encontrar elementos e situações que se repetem nas narrativas de ambas (cobrança familiar por filhos). Isso indica que existem práticas e concepções que afetam esses dois grupos. Uma vez que afetam tanto mães quanto não mães, afetam todas as mulheres.

A função editar comentário é bastante acionada para corrigir erros de digitação ou acrescentar argumentos, o que sugere que as discussões foram travadas de forma síncrona, sem que as participantes refletissem muito sobre o que escreveriam. Isso gera narrativas mais afetadas e espontâneas. Ainda assim, as autoras voltavam aos comentários para aperfeiçoá-los ou corrigi-los. Tal edição revela tanto que continuavam acompanhando os debates quanto os efeitos que as reações ao que escrevem têm sobre como se manifestam.

As narrativas sobre os desafios maternos podem ser associadas ao imaginário da vitória: a jornada do vencedor (ou melhor, vencedora) que supera obstáculos e resiste aos empecilhos para conquistar seus objetivos, seguindo a lógica meritocrática. No caso, a meta de criar os filhos da maneira mais satisfatória. Narrativa esta que pode ser relacionada a premissas maternalistas, pois o amor materno é colocado como o que lhes dá motivação para seguir em frente, empreender mudanças importantes, trabalhar mais, entre outros efeitos considerados positivos pelo capitalismo liberal. O que também lança para o plano individual a solução de problemas estruturais relacionados à maternidade.

Muitas narrativas revelam desconfiança diante de informações mediadas por agentes midiáticos como programas de televisão e blogs/grupos informativos, gerando ações conectivas para informar a outras mulheres sobre a “verdadeira” maternidade, os apuros de mães e não mães, contados por elas mesmas. É na vivência materna pessoal em que se pode confiar. No entanto, essas vivências possuem algum grau de mediação, uma vez que também são compostas por relatos e experiências de outras mulheres com a

maternidade. Os *posts* que as participantes das discussões elogiam e compartilham foram feitos em dispositivos midiáticos, sob a triagem das respectivas autoras.

Redes de apoio se formam entre mulheres cujas vozes são alinhadas. As discussões têm cunho muito mais autoafirmativo e de desabafo do que de conscientização ou esclarecimento. A visibilidade configura um fator importante para as autoras das narrativas publicadas. Mostrar que seus sentimentos e experiências são reais, que ocorrem, apesar de uma grande mídia e de um imaginário coletivo que não os abordem. As participantes da maioria dos debates parecem mais interessadas em tornar suas questões, angústias e demandas visíveis do que em realmente trocar ideias. Cada uma deixa o registro de sua vivência materna, que vai receber curtidas e reações⁸ de ‘amei’ de quem concorda, ‘haha’ e ‘grr’ de quem discorda. A intencionalidade performática desses comentários parece mais ligada ao fato de as autoras serem notadas pelos pares do que convencer – ou procurar entender o lado de – quem possui o posicionamento contrário. Tal dinâmica ilustra o ambiente das mídias sociais como predominantemente de confirmação, em vez de espaços para contestação. Tanto é que a maioria dos comentários concorda com o conteúdo dos *posts* ao qual respondem.

A construção do valor de autenticidade para a vivência materna é outro aspecto forte entre as narrativas, seja por meio do compartilhamento de situações enfrentadas enquanto mães ou não mães, seja pela demonstração de conhecimento sobre as facetas da maternidade ou da não maternidade. O lugar de fala é central nas narrativas. A partir dele e da própria vivência materna, as participantes das discussões tecem seus relatos e avaliam o conteúdo de outros comentários. Apesar dessa centralidade, o lugar de fala não é o fator determinante para aprovar ou desconsiderar as narrativas compartilhadas. Muitas vezes, quem fala (no caso, quem digita) não importa tanto quanto o que fala, reforçando a dinâmica de vozes alinhadas e a negociação performática presente nas interações. Mas se alguém alheio ao grupo ao qual uma participante pertence emitir um discurso que destoe do que ela ou seu grupo majoritariamente defendem, a inadequação do lugar de fala e do conteúdo dessa fala é rebatida com mais agressividade. Diante disso, notam-se disputas de valor em relação às vivências maternas, com tendência à polarização.

⁸ Reações são um recurso que passou a integrar as funcionalidades do Facebook em fevereiro de 2016. Além da tradicional curtida, os usuários podem marcar as publicações alheias com ‘amei’ (ícone de coração), ‘haha’ (emoji de risada), ‘uau’ (emoji de admiração), ‘triste’ (emoji de choro) e ‘grr’ (emoji de raiva).

Segundo boa parte das narrativas, ser mãe consistiria em fazer tudo que estiver ao alcance pelos filhos (por obrigação e por gosto), obter desempenho satisfatório no maior leque possível de atividades e enxergar os momentos bons sem deixar de reconhecer os ruins. Por constituir uma trilha percorrida pela maioria das mulheres, a tendência é que a maternidade seja cada vez mais debatida e modificada para se adequar às demandas e experiências das mães. A não maternidade não possui a mesma mobilização, por interessar a um número menor de pessoas. Nesse ponto cabe pontuar que construções sociais, além de conjunturas políticas e econômicas, pesam sobre a escolha ou recusa da maternidade, bem como dos modelos maternos e de maternagem a serem seguidos.

Talvez o grande paradoxo da maternidade seja que, apesar de exigente e desgastante quando em uma cultura patriarcal – como é o caso da maioria das sociedades, em maior ou menor proporção –, constitui um caminho mais previsível e seguro em termos socioculturais, sobre o qual as mulheres possuem referências (familiares, sociais, midiáticas) desde novas. Empreendimento pelo qual boa parte delas acredita conquistar importância e ocupação social, conforme pode ser visto nas narrativas pessoais que postam. Muitas afirmam ter sido esse o motivo ou a consequência direta de se tornarem mães. De forma contraditória, a maternidade acaba sendo uma experiência social e, sobretudo, pessoalmente gratificante para boa parte das mulheres, inclusive as que a criticam nas mídias sociais.

Considerações Finais

Em um cenário extremamente ameaçador para mulheres, é bastante provável que parte significativa das brasileiras seja vítima de alguma violação de seus corpos ou vontades. Assim como dos frequentes atentados aos direitos reprodutivos femininos por parte dos poderes públicos. Cresce, portanto, a urgência e a importância de conseguirem decidir se desejam ou não ser mães, de modo que isso seja de fato uma escolha, não resultado de agressões, imposições, privações. Uma vez que se entende a hostilidade do Brasil com as mulheres, é possível compreender o teor enfático e inflamado das narrativas pessoais que produzem sobre a maternidade nas mídias sociais. Ressignificam-se imperativos cujo sentido é aparentemente dado. Podemos tomá-los como demandas – capazes de se espriar para públicos distintos a partir de seu compartilhamento em perfis pessoais e seções de comentários – pela possibilidade de fazer escolhas em seu nível mais profundo, passando por instituições socioculturais, políticas, econômicas e jurídicas. Para

além de serem ou não serem mães, as mulheres buscam (poder) definir o curso de seus posicionamentos maternos de acordo com as especificidades das condições em que se inserem. Já que não há escolha senão escolher (GIDDENS, 2002) – e é preciso sustentar essas escolhas –, então que sejam realizadas da forma mais livre e personalizada possível, sendo esta independente de modelos maternos e de maternagem normativos.

REFERÊNCIAS

- BADINTER, E. **Um Amor Conquistado: O Mito do Amor Materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BENNETT, W. L.; SEGERBERG, A. The logic of connective action. *In: Information, Communication & Society*, v. 15, n. 5, p. 739-768, 2012.
- COSTA, J. F. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.
- DEL PRIORE, M. **Ao sul do corpo: Condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia**. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2009.
- ESCOSTEGUY, A. C. D. (Org.). **Comunicação e gênero: a aventura da pesquisa**. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2008.
- FIGUEIREDO SOUZA, A. L. **“Me deixem decidir se quero ou não ser mãe!”: narrativas pessoais de mulheres sobre a maternidade nas mídias sociais**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal Fluminense, 2019.
- FORNA, A. **A mãe de todos os mitos**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.
- FREIRE, M. M. L. **Mulheres, mães e médicos: discurso maternalista no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009.
- GIDDENS, A. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- HERRING, S. C. Discourse on Web 2.0: Familiar, reconfigured, and emergent. *In: TANNEN, D.; TRESTER, A.M. (Eds.). Discourse 2.0: Language and new media*. Washington D.C.: Georgetown University Press, 2012. p. 16-41.
- LEMONS, A. **Cibercultura, tecnologia e vida social na sociedade contemporânea**. Porto Alegre: Sulina, 2002.
- O'REILLY, A. (Org.). **Maternal Theory: Essential Readings**. Toronto: Demeter Press, 2007.
- PAPACHARISSI, Z. The virtual sphere 2.0: The internet, the public sphere, and beyond. *In: CHADWICK, A.; HOWARD, P. (Orgs.). Routledge Handbook of Internet Politics*. London: Routledge, 2011.
- PRIMO, A. O aspecto relacional das interações na Web 2.0. **E-Compós**, v. 9, ago. 2007.
- SIBILIA, P. Em busca da felicidade lipoaspirada: agruras da imperfeição carnal sob a moral da boa forma. *In: FREIRE FILHO, J. (Org.). Ser feliz hoje: Reflexões sobre o imperativo da felicidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. p. 195-212.
- SOUZA, A. L. F. Maternidade, Culpa e Ruminação em Tempos Digitais. **Ártemis**, v. XXV, n.1, p. 89-112, jan./jun. 2018.
- VAN ZONEN, L. I-Pistemology: changing truth claims in popular and political culture. *In: European Journal of Communication*, v.27, n.1, 2012.